



**DATA DA REUNIÃO:** ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**----

**VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelo senhor vereador Alírio Canceles foram apresentados os seguintes pedidos de esclarecimento:-----

- Na reunião pública da câmara municipal de dezoito de março último, realizada na sede da junta de freguesia União de freguesias da Carreira e Refojos de Riba D'Ave apresentamos uma proposta de criação de uma área de autocaravanismo. Gostaríamos de saber qual o ponto da situação dessa proposta.-----

- Outra questão sobre a qual gostaríamos de ser esclarecidos, é sobre a Feira de Artesanato. Vai realizar-se ou não? -----

- Tomamos conhecimento que a câmara municipal vai entregar o edifício onde funcionou a antiga Biblioteca, junto ao Parque D. Maria II. Está acautelado o funcionamento do CAT (Centro de Atendimento ao Toxicodependente) em Santo Tirso? -----

De seguida o senhor presidente prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Quanto à proposta de criação de uma área para autocaravanismo a mesma foi acolhida, conforme foi referido oportunamente. No entanto, a mesma está a ser analisada em todos os seus aspetos, para posterior aprovação e implementação.-----

- Quanto à Feira de Artesanato, foi decidido suspender a sua realização no ano em curso, para reavaliação, quer quanto aos seus fundamentos, modo como estava a ser realizada, localização. Que a intenção é relançar a Feira, porventura noutros moldes e noutro local.-----

- Quanto ao CAT, o edifício onde o mesmo atualmente funciona vai efetivamente ser desocupado e entregue à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia, cuja decisão foi tomada no âmbito de um conjunto mais alargado de decisões, que tem por objectivo uma redução das despesas correntes. Que desde o primeiro momento em que foi tomada esta decisão, a câmara municipal tem



A

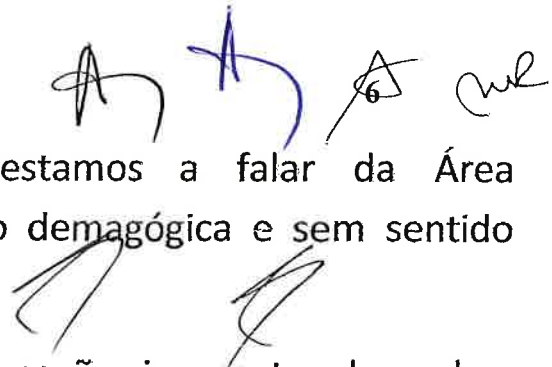
2

mantido contactos com os responsáveis do CAT, nomeadamente o ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) competente, para acautelar que o CAT continue em funcionamento em Santo Tirso. Que o responsável do Agrupamento de Centros de Saúde de Santo Tirso/Trofa ficou de encontrar uma solução.-----



b) Seguidamente pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----





o nosso concelho. Senhores vereadores, estamos a falar da Área Metropolitana do Porto e esta é uma posição demagógica e sem sentido político”, fim de citação.

Obviamente que rejeitamos e repudiamos as acusações insensatas do senhor presidente, e deixamos claro, que não o acompanhamos nesta, como em outras posições, que legitimamente adota, mas com as quais, com a mesma legitimidade, discordamos.

**Paradoxalmente, alguns dias depois, o senhor presidente da câmara e vice-presidente do concelho metropolitano do Porto, como por milagre, mudou de opinião** e absteve-se na votação, **deixando passar a concessão do Metro do Porto e dos STCP**. Parece que afinal a agenda do governo deixou de ser neoliberal e que a posição pública expressa pelo vereador Alírio Canceles, não era demagógica.

**Senhor presidente**, por imperativo de consciência, não poderíamos terminar esta declaração, sem referir que foi o senhor quem **privatizou a água em Santo Tirso**, e todos sabemos a pesada fatura que as populações do concelho pagam. A recolha de **resíduos sólidos** está **privatizada**. Aliás, a maioria socialista, pretende alargar o contrato respeitante ao novo concurso para oito anos, quando o CCP o limita a três anos, exclusivamente para defender os interesses dos privados. Mais, V. Exa. pretende incluir no novo contrato a **limpeza nas áreas urbanas** de Santo Tirso e Vila das Aves.

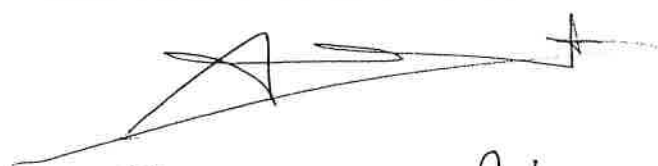
O **saneamento** foi também objeto de concessão à empresa Águas do Noroeste.

As **operações de limpeza** do Parque Urbana da Rabada, das instalações da loja do cidadão, das instalações da central de transportes, do pavilhão municipal, do edifício verde, etc., etc., foram entregues a privados. Uma parte da **área jurídica e económica** está entregue a entidades externas. Também a área do **desporto** está entregue a pessoas externas à câmara. O mesmo se pode dizer



da **área da comunicação**. Foi subtraída às associações de pais a **gestão dos refeitórios** para a entregar a uma empresa privada com fins lucrativos. A conceção, paginação, maquetização da revista da câmara foi entregue a privados. Os projetos, na sua esmagadora maioria, são encomendados a entidades externas. Isto senhor presidente é que configura uma agenda neoliberal, evidencia um claro e preocupante esvaziamento dos serviços autárquicos e menoriza a intervenção dos técnicos da autarquia.

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014

  
António Luís Pereira



A

c) Também pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----

2



Reunião de câmara de 11 de agosto de 2014

Período de Antes da Ordem do Dia

De entre as 100 medidas apresentadas pela senhor presidente enquanto candidato, destaca-se o programa "MIMAR", que foi, seguramente, a mais "badalada". O senhor presidente enfatizou o facto desta medida contribuir para a coesão social. Foi também perentório quando afirmou que o programa "MIMAR" tornava a escola mais inclusiva. Para além do mero chavão, a utilização do termo "escola mais inclusiva", de forma alguma se pode associar à medida "MIMAR". A escola pública é, por natureza, inclusiva, já que está aberta a todos. O processo de inclusão na escola centra-se na correção de desigualdades interescolares, para que todos tenham as mesmas oportunidades. Estes considerandos, de forma alguma, pretendem beliscar o mérito da medida, que obviamente tem, mas tão-somente explicá-la, para que não se confunda com políticas educativas.

O senhor presidente também referiu que se pretendia ter uma escola a tempo inteiro. Também aqui manifestamos as nossas reservas, já que na nossa opinião, o conceito de escola a tempo inteiro, remete para a ocupação educativa dos alunos, de forma plena, ao longo do tempo escolar e no espaço escolar. Mais um chavão!

A principal explicação, porventura aquela que justifica os méritos da medida, e que também foi explorada pelo senhor presidente, enquanto candidato, prende-se com a necessidade de assegurar a ocupação dos alunos enquanto os pais estão a trabalhar, fora dos períodos letivos, ou seja, durante as festas de Natal, Páscoa e férias de verão. Essa parecia ser uma preocupação genuína, já que os pais, nomeadamente aqueles que não têm retaguarda, poderiam continuar a sua vida profissional sem sobressaltos.

Senhor presidente, quando afirmamos que essa parecia ser uma preocupação genuína, foi porque também nós acreditamos, que o programa "MIMAR" seria implementado durante todo o período de férias, nomeadamente as de verão, porque isso, permitiria que todos os pais pudessem fazer uma gestão adequada da sua vida profissional.

Mas foi precisamente nesta componente, que o programa "MIMAR", tal como foi anunciado falhou, e falhou completamente! Na verdade, se as aulas do 1º ciclo se iniciarem entre os dias 10 e 15 de setembro, as férias de verão, terão uma interrupção efetiva de cerca de 12 semanas.

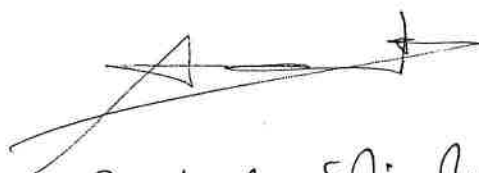
O programa "MIMAR" apenas contemplou as 2 últimas semanas de junho, deixando a descoberto as restantes 10.

*Importante*

Estamos em presença de uma promessa, e não é uma qualquer promessa, do senhor presidente, que intencionalmente, enganou os pais, com o único propósito de recolher dividendos.

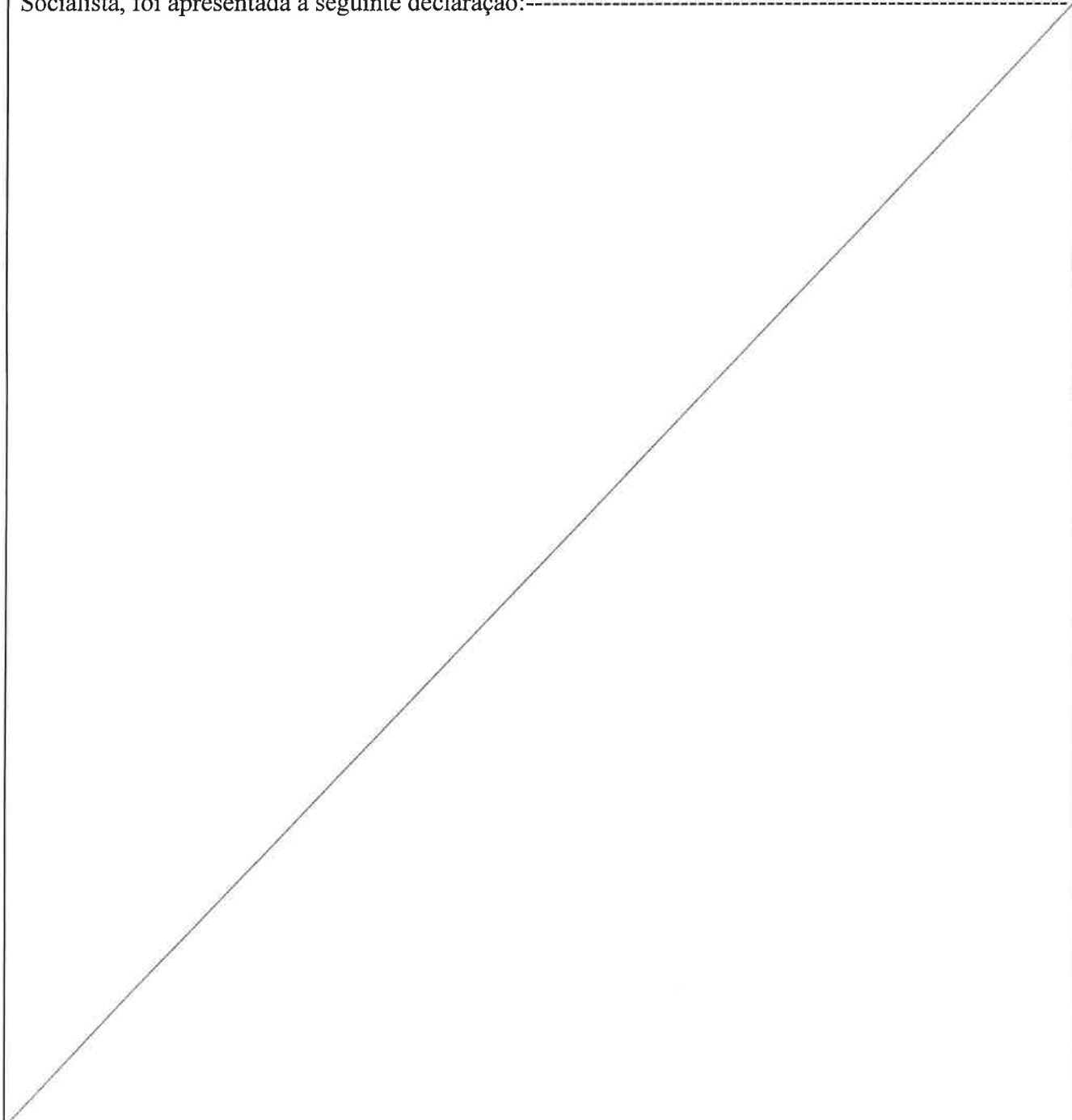
Os vereadores do PSD-PPM condenam esta atitude do senhor presidente, exigem explicações e um pedido de desculpas às famílias Tirsenses.

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014

  
José Carlos  
Mendes



d) Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração:-----



## **Declaração Política**

### **(Novas apólices de seguros para os bombeiros)**



A câmara sempre apoiou os bombeiros e continuará a fazer, nas suas mais diversas vertentes, quer directa ou indirectamente.

Não podemos assumir aquilo que é uma responsabilidade legal do Governo, ou seja, a garantia das fontes de financiamento das corporações dos bombeiros.

Respeitamos e reconhecemos o trabalho desenvolvido por aqueles que se voluntariam na defesa dos interesses das populações e é inegável que todos estes homens e mulheres necessitem de todo o apoio que possamos fornecer.

A câmara mais uma vez consciente das dificuldades inerentes à actividade desenvolvida pelos bombeiros, contratou uma nova apólice de seguros aumentando 344% os capitais referentes às coberturas das despesas de tratamento, transporte e repatriamento por acidente dos bombeiros das três corporações de Santo Tirso.



Com a nova apólice, os capitais seguros, no caso da cobertura de despesas de tratamento por acidente, passa a ser 50 mil euros, contra os 9700 euros estabelecidos no anterior diploma regulamentar sobre a mesma matéria.

Também os capitais por morte ou invalidez permanente por acidente subiram exponencialmente com o novo seguro contratualizado pela Câmara de Santo Tirso, fixando-se agora nos 150 mil euros – no anterior quadro normativo, era de 109 mil euros, ou seja, registou-se um aumento da cobertura na casa dos 37%.

Aumento superior teve a cobertura relacionada com a incapacidade temporária e absoluta em caso de acidente por parte dos bombeiros pertencentes às três corporações existentes no concelho. O novo seguro prevê um capital de 75 euros, o que contrasta com os cerca de 53 euros definidos na apólice que deixou de vigorar.

Isto é a prova de que a Câmara está atenta aos problemas dos agentes de Protecção Civil do concelho e empenhada em melhorar as condições de trabalho de quem está no terreno a prestar um serviço de grande relevância para as populações. Todo este processo tem vindo a ser tratado nos últimos 6 meses.

A nova apólice em vigor abrange as três corporações de Santo Tirso – Bombeiros Voluntários de Santo Tirso (“Vermelhos”), Bombeiros Voluntários Tirsenses (“Amarelos”) e Bombeiros Voluntários de Vila das Aves – 471 bombeiros e envolve um investimento por parte da Câmara de cerca de 18 mil euros.

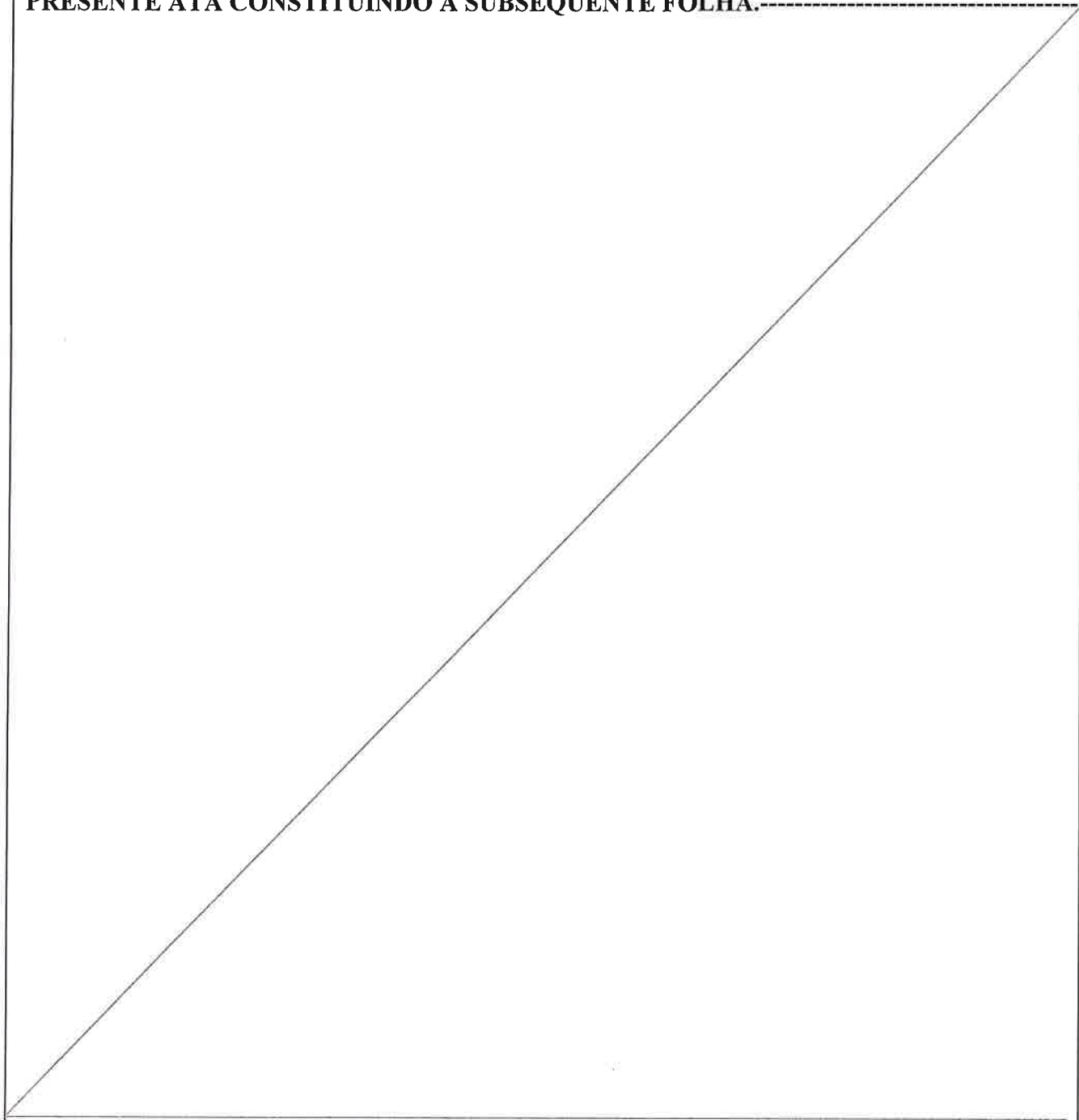


Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista,

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014



**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.**-----



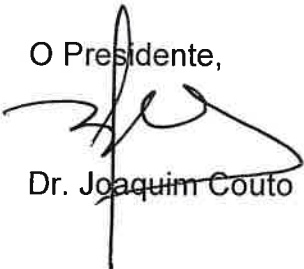
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/AGOSTO/2014 – ATA Nº 19**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária da câmara municipal de 05/08/2014
- 2 – Suspensão parcial do Plano Pormenor das Rãs e adoção de medidas preventivas e alteração do Plano Diretor Municipal
- 3 – Orçamento Participativo Jovem do município de Santo Tirso – Proposta de regulamento
- 4 – Atribuição de auxílios económicos a alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico para livros e material escolar - ano letivo 2014/2015 – 1ª fase
- 5 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos – Lamelas
- 6 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração de contratos de aquisição de serviços
  - Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a contratação de meios, serviços e aplicações informáticas necessárias ao funcionamento de uma plataforma eletrónica para formação de contratos públicos

Santo Tirso, 6 de agosto de 2014

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto





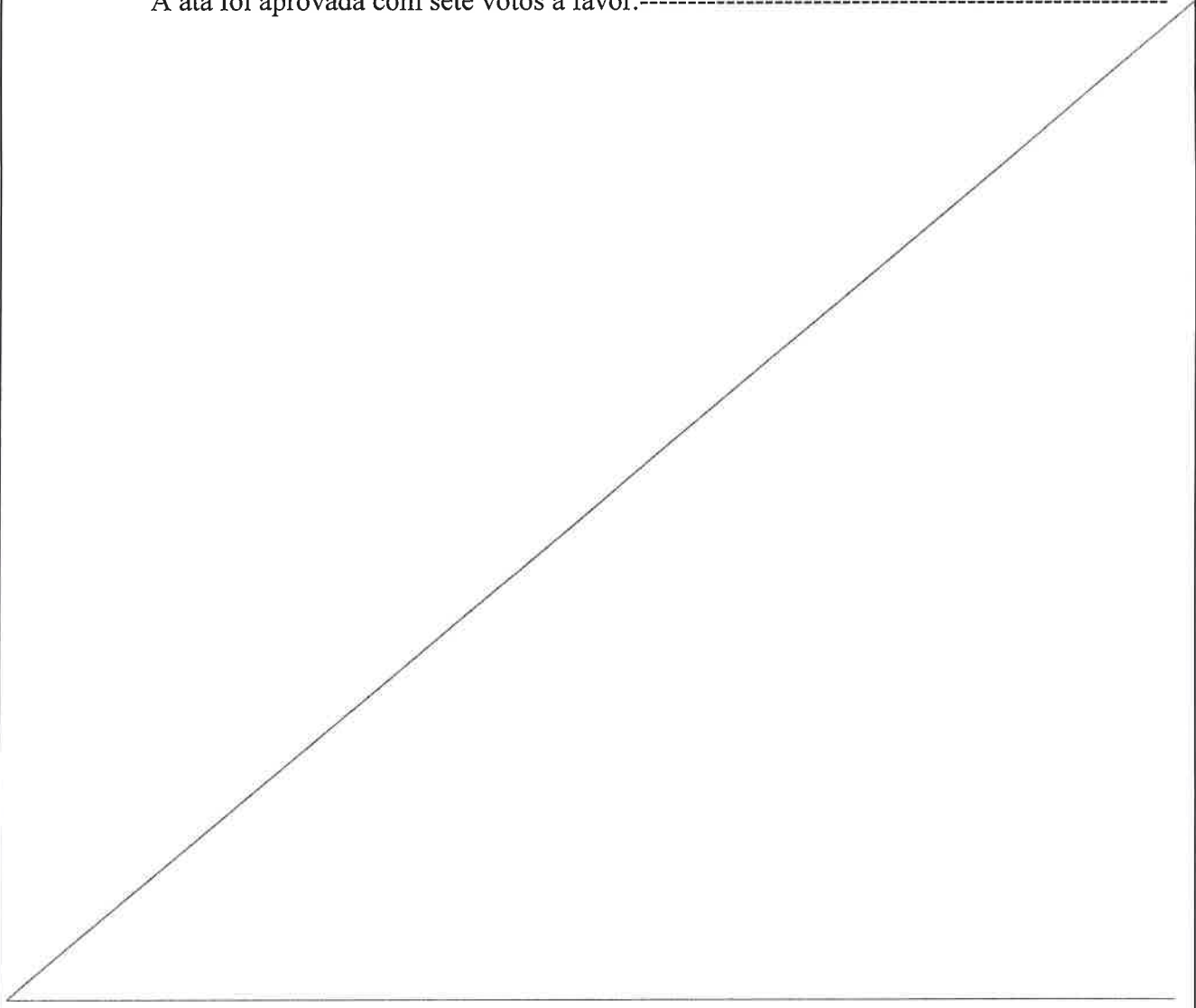
A

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (05/08/2014).-----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia cinco do corrente mês de agosto, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----





**2. SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO PORMENOR DAS RÃS E ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS E ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.-----**

Presente informação do Departamento de Planeamento e Ambiente, de cinco do corrente mês de agosto, registada com o número oito mil trezentos e setenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

**A)** Que a câmara municipal delibere aprovar a proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona das Rãs (PPZR) e submeter a mesma a parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para posterior envio à assembleia municipal para aprovação.----

O processo de suspensão é constituído pelo relatório com a fundamentação, medidas preventivas a vigorar no período que medeia entre a aprovação da suspensão do PPZR e a entrada em vigor da alteração do Plano Diretor Municipal que incide sobre a área objeto de suspensão e planta com a área de incidência da suspensão.-----

**B)** Que a câmara municipal delibere dar início ao procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM), fixando o prazo de quinze dias úteis, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, a publicitar nos termos dos artigos 148º e 149º do DL 380/99, de 22 de setembro.-----

Os elementos que integram esta decisão são os Termos de Referência e extratos das plantas de Orçamento, Condicionantes e Condicionantes-Riscos do PDM, com sobreposição da área objeto de revogação.-----

**C)** Que a câmara delibere determinar que a alteração do PDM não carece de avaliação ambiental, com a fundamentação constante do n.º 4 dos Termos de Referência de alteração ao PDM, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Durante a discussão da proposta que antecede, a reunião foi suspensa durante um período de aproximadamente dez minutos, entre as dez horas e quarenta minutos e as dez horas e cinquenta minutos.-----



A

U

No momento que antecedeu a votação da proposta, pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----

“ Os vereadores do PPD/PSD.PPM entenderam não participar na votação deste ponto da ordem de trabalhos, tal como já aconteceu noutras circunstâncias, pelas seguintes ordens de razão: ---

1 – Não foram recepcionados todos os documentos, nomeadamente a planta a que se refere a informação escrita que a câmara disponibilizou, que permitia uma avaliação coerente da operação referente à alteração do Plano Diretor Municipal (PDM), suportada por esta suspensão, que simultaneamente faz despoletar o processo de alteração do Plano de Pormenor da Zona das Rãs (PPZR), e por consequência do próprio PDM.-----

2 – Questionado o senhor presidente a propósito desta alteração implicar a construção de espaços habitacionais, não obtivemos qualquer resposta.-----

3 – Questionado o senhor presidente a propósito do terreno incluído no PPZR, que em tempos foi cedido pela câmara para a construção dum hospital privado, também não obtivemos qualquer esclarecimento.-----

Os vereadores do Partido Social Democrata lembraram que este terreno obrigatoriamente cedido pelo empreiteiro na operação do loteamento se destina exclusivamente para fruição dos cidadãos, quer através de construção de espaços verdes, espaços de cultura, ou, no limite, para construção de um qualquer equipamento coletivo, de interesse público. Os vereadores do PSD deram o seu acordo para que a reunião inicialmente prevista para o dia dezanove fosse antecipada para o dia onze, independentemente dos assuntos que viessem a fazer parte da ordem do dia que, obviamente, não conheciam. Ao contrário, do que aqui foi afirmado pelo senhor presidente da câmara, a nossa disponibilidade resulta de forma responsável e cooperante como encaramos a missão que os tirsenses nos confiaram. Os vereadores do PSD estão disponíveis, hoje, como no passado, e estarão no futuro, para tratar e resolver os assuntos que digam respeito ao concelho, mesmo os mais urgentes. E por isso se for necessário marcar uma reunião extraordinária para que um assunto com este melindre e com esta importância seja tratado, abdicaremos das senhas de presença a que temos direito, doando os valores a instituições de carácter social. Por último, lamentamos que uma vez mais, numa reunião de



A

câmara, o senhor presidente utilize uma linguagem inadequada e assuma uma postura autoritária que nós reprovamos e repudiamos.”-----

No final da declaração que antecede, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM ausentaram-se temporariamente da reunião.-----

De seguida, pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

“Começamos a ficar habituados ao abandono das reuniões da câmara por parte dos senhores vereadores da oposição, sem qualquer razão que o justifique, a não ser fazer espectáculo público, numa reunião pública.”-----

Esta reunião foi convocada por acordo com o PPD/PSD.PPM, referindo expressamente que não teríamos o quórum suficiente sem a participação de pelo menos um elemento do PSD. Achamos assim estranho que logo no ponto da ordem de trabalhos que exactamente foi motivo da antecipação da reunião de dezanove para onze de agosto, os senhores vereadores do PSD abandonem a reunião, provocando a falta de quórum. Foi dito e explicado aos senhores vereadores da oposição que as propostas de alteração ao PPZR, depois de elaboradas, e colhidos os respetivos pareceres, viriam à câmara e posteriormente à assembleia municipal para aprovação.-----

O que hoje estava aqui para decidir era o início do processo, com os elementos necessários à decisão, e com a justificação que anexo a esta declaração. Infelizmente estando o processo em cima da mesa, com estas referidas justificações, não foi objecto de interesse por parte da oposição. Acrescenta-se que o PPZR é público. -----

Não nos pronunciamos sobre especulações e suspeitas dos senhores vereadores do PSD dado não serem politicamente relevantes. E apenas vinculam os seus autores. Finalmente dada a urgência de decisão sobre este processo tenho a intenção de convocar uma reunião extraordinária, com este ponto único de ordem de trabalhos, para a próxima quinta-feira, dia catorze de agosto.”-----

No final da declaração que antecede, compareceram novamente na reunião os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM.-----

### Suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona das Rãs

O Plano de Pormenor da Zona das Rãs (PPZR) foi provado pela Assembleia Municipal em 1999/09/29 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº161/2000, publicada na 1ª Série B do Diário da República, de 2000/11/20.

Foi objeto de uma alteração aprovada pela Assembleia Municipal em 2008/09/04 e publicada na 2ª Série do Diário da República, de 2008/09/25, pelo Edital nº973/2008.

A decisão de elaborar este plano decorreu numa época em que se verificavam fortes pressões para urbanizar os terrenos marginais à Rua das Rãs, uma das principais entradas no centro da cidade, tendo sido apresentados vários pedidos para realização de operações urbanísticas (edificações e um loteamento).

Até à presente data nenhuma das referidas operações urbanísticas foi concretizada. Aliás verifica-se que nenhuma das ações previstas neste plano foi executada.

Este plano para além de prever novas áreas de expansão incide sobre uma área já construída e consolidada do tecido urbano da cidade de Santo Tirso, prevendo a sua total substituição.

É precisamente nesta área que têm surgido solicitações dos respetivos proprietários para instalação de novas atividades, nomeadamente para serviços, dando assim aproveitamento a edifícios que têm estado devolutos.

A câmara municipal não tem conseguido dar resposta a estas solicitações porque o PPZR não permite este tipo de alteração, nomeadamente através da disposição constante do nº 3 do artigo 2º do seu regulamento.


Atendendo ao atual contexto económico e social do país e da Europa, com particular incidência negativa nesta região no que se refere ao emprego, as perspetivas de desenvolvimento económico são muito fracas, pelo que a total substituição das edificações existentes por novos edifícios não irá certamente acontecer a longo prazo.

Considera-se assim necessário criar condições para que as edificações existentes possam ser utilizadas, incentivando a reabilitação urbana, promovendo a sua regeneração, o desenvolvimento económico e o emprego com a instalação de novas atividades.

Para o efeito propõe-se que a área referida, identificada em planta anexa, deixe de ficar abrangida pelo PPZR, através de procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal que determine a revogação parcial no PPZR e integre essa área na categoria de Espaço Habitacional tipo I, que já abrange a sua envolvente.

Tratando-se de uma situação que carece de resposta urgente propõe-se que a Assembleia Municipal delibere a suspensão parcial do PPZR na área em causa, prevista no nº 4 do artigo 93º do DL 380/99, ao abrigo da alínea b) do nº 2 do artigo 100º do mesmo diploma, adotando as medidas preventivas em anexo.

2014/08/05

  
Lúcia Rodrigues, arq.ta  
Chefe de Divisão

Revisão: 0

Ficheiro: 2014-08-05\_Relatorio\_Susp PPZR





A

**3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – PROPOSTA DE REGULAMENTO.**-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Na sequência do que consta da ata da câmara municipal de cinco do corrente mês de agosto (item dois da respetiva ata) e dando concretização a um projeto que pretende reunir opiniões e contributos junto da população jovem do concelho de Santo Tirso de forma a inscrever as suas ideias e projetos no Orçamento Municipal, apelando-se à participação ativa dos jovens na vida municipal, apresentamos para discussão e votação a proposta de Regulamento que fixa as normas de participação no Orçamento Participativo Jovem do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----

Considerando que o referido regulamento se destina a ter eficácia externa, a competência para a sua aprovação é da assembleia municipal;-----

No entanto, o porque não são impostos quaisquer encargos ou sanções nem limitações ao exercício de direitos, e considerando ainda que em última instância é sempre a assembleia municipal que aprovará o(s) projeto(s) escolhido(s), ao aprovar os respetivos instrumentos previsionais, propõe-se que a câmara municipal delibere que o regulamento entrará imediatamente em vigor, com a publicitação prevista no seu artigo 20º, remetendo-se o mesmo à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

**Declaração de Voto****Orçamento Participativo Jovem do Município de Santo Tirso**

Como já referido na anterior reunião deste órgão, o Orçamento Participativo Jovem é um processo evolutivo, que teve o seu início com um compromisso eleitoral e terminará com a afectação de €120.000,00 a um projecto de reconhecido interesse pela comunidade mais jovem.

É nosso objectivo ouvir os jovens, auscultar as suas preocupações, os seus anseios, desenvolvendo mecanismos que dentro do possível satisfaçam essas necessidades. Não pretendemos os jovens tirsenses arredados daquilo que são as decisões estratégicas da câmara. Queremos envolvê-los nos processos de tomada de decisão, desperta-lhes o sentido e o interesse na defesa de causas comuns, aproximando os jovens da política, do debate das grandes questões.

Para isso, lançamos o projecto “Orçamento Participativo Jovem”, um fórum de diálogo, uma plataforma de entendimento, na busca da afectação de uma determinada verba a um projecto identificado pelo público mais jovem como de preponderante importância.

O processo será composto por uma fase de informação, nomeadamente nas escolas, uma fase de recolha de propostas, uma fase de análise e uma última fase de selecção do(s) projecto(os) vencedor(es).

A concretização desta fase inicial é fundamental, daí a necessidade da aprovação desta proposta de regulamento.

Pelo acima exposto os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de regulamento do orçamento participativo jovem.

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014





**4. ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2014/2015 – 1ª FASE.**-----

Presente informação da divisão de educação, de seis do corrente mês de agosto, registada com o número oito mil trezentos e setenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Os encargos dos alunos com livros e material escolar são considerados para efeitos da atribuição de auxílios económicos, que constitui uma modalidade de ação social escolar, nos termos previstos no artigo 28º e seguintes do Decreto-Lei 55/2009, de 2 de março.-----

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 37º do referido diploma legal, a prestação de auxílios económicos é uma atribuição dos municípios, no caso da educação pré-escolar e do ensino básico, cabendo a respetiva competência à câmara municipal (alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro).-----

Face ao exposto, e de harmonia com a aludida informação da divisão de educação, proponho que a câmara municipal delibere atribuir aos alunos constantes da listagem anexa àquela informação os valores previstos na mesma listagem, conforme o escalão em que esteja inserido (escalão A-50,00 € escalão B-30,00 €) o que perfaz o montante global de 37.970,00 € (trinta e sete mil novecentos e setenta euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1982/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento 2177/2014, de seis do corrente mês de agosto.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

**Declaração de Voto**

**Atribuição de auxílios económicos a alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico para livros e material escolar – ano lectivo 2014/2015 – 1ª fase**

A valorização do capital humano assume para a câmara a prioridade das prioridades.

Sabemos que só por intermédio de uma política social de apoio sustentada e rigorosa poderemos proporcionar aos nossos alunos o acesso à educação em patamares de igualdade.

A câmara municipal de Santo Tirso, sensível a estas questões sociais, mais uma vez subsidia os alunos carenciados na aquisição de livros e de material escolar.

É uma forma complementar de proporcionar aos alunos mais desfavorecidos o acesso ao ensino em pé de igualdade com os outros.

Assim, cerca de 900 alunos vão usufruir deste tipo de apoio, num valor total de cerca de €38.000,00.

Como já referimos, a educação é uma das nossas prioridades.

A câmara já comparticipa com valores superiores aos definidos em sede de legislação própria, mas relativamente ao ano passado, aumentamos o valor de comparticipação no escalão B em 20%.

Por forma a agilizar e acelerar todo este processo, a câmara operacionalizará a atribuição de subsídio mediante a transferência directa dos valores para as contas bancárias dos pais.

Assim, e pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de atribuição de auxílios económicos a alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico para livros e material escolar – ano lectivo 2014/2015 – 1ª fase.

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014



A

2

**5. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 DE SOBRECAMPOS – LAMELAS.-----**

Presente informação conjunta da divisão de educação e da diretora do departamento administrativo e financeiro, de trinta e um de julho findo, registada com o número oito mil trezentos e setenta e cinco, sobre a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Pais acima identificada, para ajudar a custear as despesas que aquela Associação de Pais terá com a celebração de um acordo de revogação de contrato de trabalho existente entre a Associação de Pais e Maria de Lurdes Araújo Silva Vieira, que exercia funções de cozinheira, em virtude do encerramento da Escola Básica de Sobrecampos – Lamelas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e com a fundamentação constante daquela informação, deliberasse atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos – Lamelas, um apoio financeiro no montante de 3.464,59 € (três mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1952/2014.

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 2103/2014, de trinta e um de julho findo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

**Declaração de Voto****Proposta de atribuição de subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos – Lamelas**

O encerramento da Escola EB1 de Sobrecampos, em Lamelas, foi consequência de mais uma das muitas medidas deste governo, de reorganização de régua e esquadro dos serviços essenciais de um Estado de Direito, e, de costas voltadas para as necessidades da população.

Esta situação originou o encerramento de uma cantina escolar e por consequência a cozinheira vê o seu posto de trabalho extinto.

A associação de pais que geria a cantina, por delegação da câmara municipal, tem agora uma despesa inesperada, a da indemnização da funcionária, para a qual não está preparada financeiramente, situação pela qual pediu ajuda à câmara.

O encerramento da escola acarreta ainda outras despesas e transtornos para a autarquia e pais, obrigando desde já a autarquia a substituir-se ao Estado, assegurando o transporte dos alunos de Lamelas, acarretando mais um custo anual e permanente.

Bem como, e para assegurar aquilo que são os direitos fundamentais da funcionária, a assumir a atribuição de um subsídio no valor de €3.464,59 como indemnização e compensação.

Senhores vereadores do PSD-PPM, contrariamente àquilo dizem, que a passagem da gestão das cantinas para uma empresa privada originará o despedimento das cozinheiras, acontecerá precisamente o contrário, ou seja, a funcionária deixa o seu posto de trabalho porque o actual governo encerra mais uma escola.

Pelo acima exposto os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta de atribuição de subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos – Lamelas.

Santo Tirso, 11 de agosto de 2014

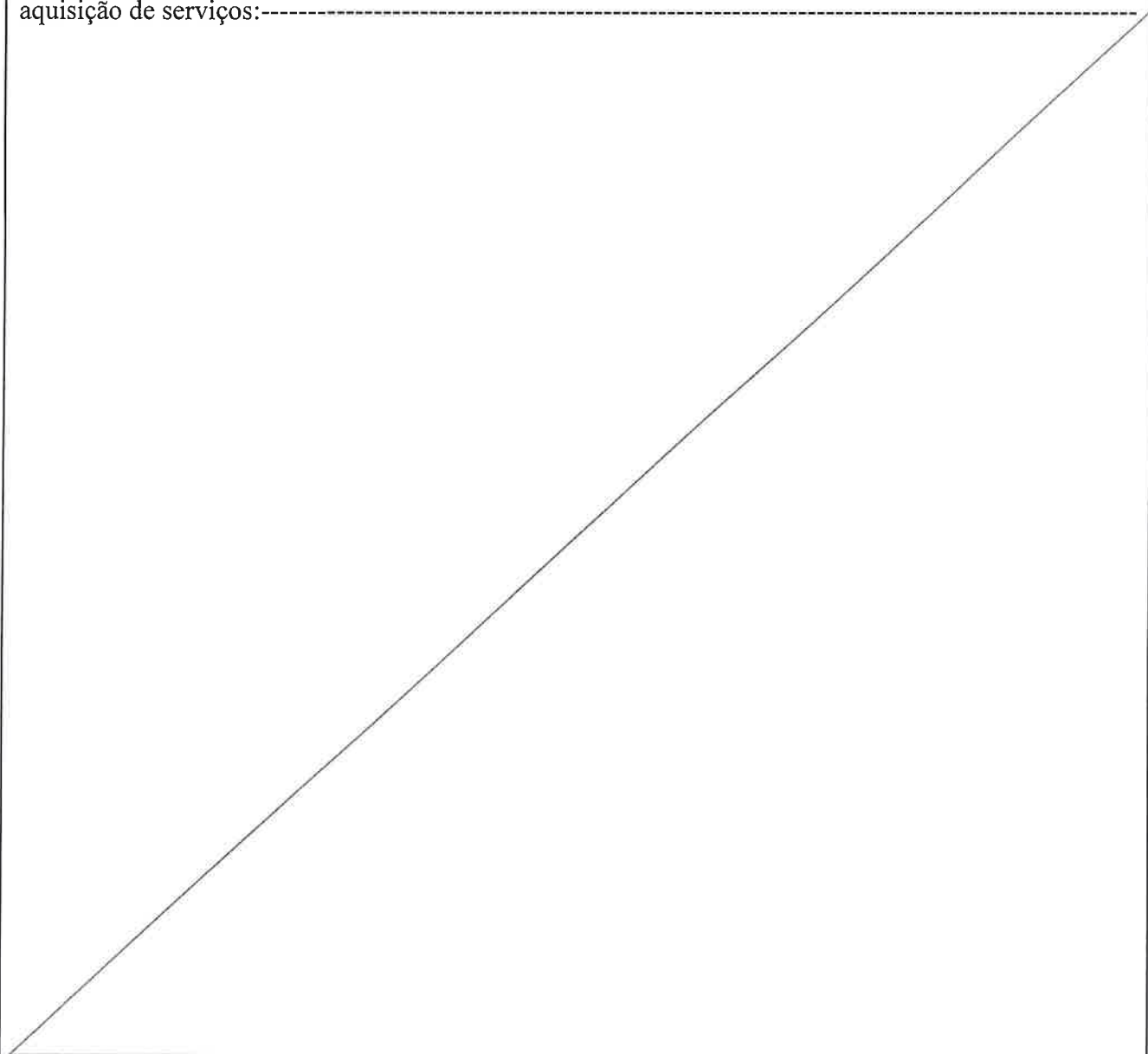


*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**6. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À  
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração do seguinte contrato de aquisição de serviços:-----





A

**6. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE MEIOS, SERVIÇOS E APLICAÇÕES INFORMÁTICAS NECESSÁRIAS AO FUNCIONAMENTO DE UMA PLATAFORMA ELETRÓNICA PARA FORMAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS.-----**

Presente informação do coordenador técnico dos serviços de informática, de oito do corrente mês de agosto, registada com o número oito mil quatrocentos e sessenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, cuja fundamentação é carreada para a presente proposta;-----

Considerando que na situação em apreço se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, proponho que a câmara municipal delibere dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado é de 35.800,00 € (trinta e cinco mil e oitocentos euros), mais IVA para três anos de vigência do contrato.-----

As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020208, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1729/2014, de dezasseis de julho findo.-----

Considerando que do contrato a celebrar resultam compromissos em mais do que um ano económico (anos de dois mil e catorze a dois mil e dezassete), a presente deliberação será submetida à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação da decisão de abertura de procedimento com encargos em mais do que um ano económico.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

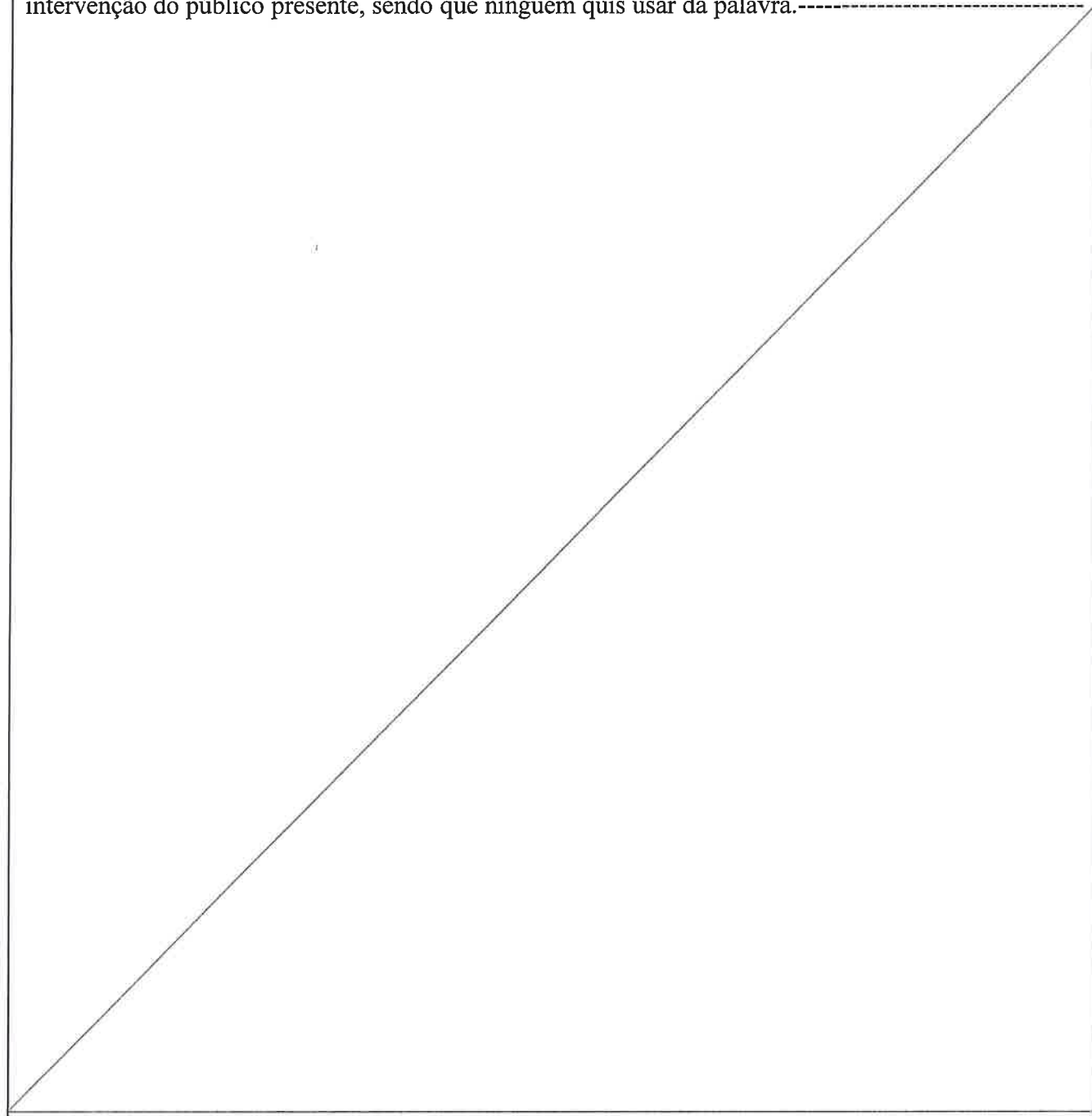


A

27

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Antes da aprovação da ata em minuta, o senhor presidente abriu um período de intervenção do público presente, sendo que ninguém quis usar da palavra.-----







A

7

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo (anexo I, respeitante ao item três, constituído por dez folhas), que eu

*Isabel Adriana Salgado*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 02/09/2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas 01 da respetiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana Salgado*